



Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico

Nota Técnica 2025.001 – Reforma Tributária do Consumo

Versão 1.08 de 12 de agosto de 2025



Sumário

Histórico de Alterações / Cronograma	3
1 Introdução	4
2 Tipos básicos da tributação	4
3 Alteração do leiaute do imposto do CTe	5
4 Código de Classificação Tributária do IBS/CBS	7
5 Validações dos campos do IBS e CBS	8
6 Criação do grupo de compras governamentais no grupo ide	14
7 Total Geral do Documento Fiscal Eletrônico	15
8 Alteração em Regra do CTe Simplificado	15
9 Alterações no Layout do Modal Dutoviário	15
10 Criação do grupo de informações da DCe nos documentos originários	16
11 Exceção para Substituição sem exigência do evento de prestação em desacordo para tomador Exterior	17
12 Ajuste na regra que define prazo para CTe Complementar	17
13 Eliminar as opções de contingência SVC da GTVe no Leiaute (Schema)	17
14 Nova regra para CTe OS de Transporte de Valores	18
15 Ajuste em regras de validação do tomador Contribuinte Isento de IE	18
16 Preparação das expressões regulares do CTe para o futuro CNPJ Alfanumérico	18
17 Ampliação do cStat de retorno para 4 dígitos	18
18 Anexo – Novos Grupos para Reforma Tributária	19
Conhecimento de Transporte Eletrônico– modelo 57	19
Conhecimento de Transporte Eletrônico Simplificado – Modelo 57	20
Conhecimento de Transporte Eletrônicos Outros Serviços – modelo 67	20

Histórico de Alterações / Cronograma

Versão	Histórico de atualizações	Implantação Homologação	Implantação Produção
1.00	- Previsão das informações do IBS/CBS no CTe - Alteração de regras do CTeOS Transporte Valores exigir UF e Mun Fim - Alteração das regras do CTe Simplificado para limitar em apenas um fim de prestação - Alteração no leiaute do Dutoviário - Exceção para não exigir evento de prestação em desacordo na substituição de tomador do EX - Preparação das Expressões Regulares do CNPJ Alfa - Eliminação da SVC para GTVe - Inclusão da DCE nos documentos originários - Ampliação do código de retorno das mensagens suportar até 4 dígitos		
1.01	- Correções e orientações sobre aplicação das regras de validação - Renumeração das regras de rejeição - Ajuste no grupo de Tributação regular - Ajuste na regra do CTe Complementar para Multimodal		
1.02	- Ajustes nas regras do crédito presumido e tributação regular - Ajuste nas regras para Crédito Presumido Condição Suspensiva no grupo do crédito presumido		
1.03	- Ajustes nas regras de compras governamentais, redução de alíquota e valores de IBS/CBS - Correção no schema dos eventos tipos básicos		
1.04	Ajustes em regras de validação e mensagens		
1.05	- Ajuste na regra de compras governamentais e exigência do grupo de tributação para SN - Novo grupo de informações da tributação para compras governamentais		
1.05 a	Correção de datas no texto da introdução		
1.05b	Correção em nome de campos citados nas RVs		
1.06	- Novas regras de validação complementares - Inclusão do campo vIBS - Ajuste na expressão regular do qrcode prevendo o CNPJ Alfa		
1.07	Campo vIBS passa a ser obrigatório no schema		
1.08	- Alteração da regra de validação 004-a para verificar no cClassTrib sua aplicabilidade ao modelo de DFe - Correção na posição do campo vIBS no schema - Correção na obrigatoriedade das regras 038 e 044		

Observação: No **ambiente de produção**, os campos ficam à disposição desde 06 de outubro, validados apenas se informados. As Regras de Validação serão aplicadas somente a partir de **05 de janeiro de 2026** de forma obrigatória. No **ambiente de homologação** os campos da reforma tributária estarão à disposição desde julho, validados apenas se informados, e passam a ser exigidos a partir de 06 de outubro.

1 Introdução

Com a promulgação da **Lei Complementar nº 214/2025**, foi definida, na **Seção V - Disposições Transitórias, Art. 62 I**, a obrigatoriedade de que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptem os sistemas autorizadores de Documentos Fiscais Eletrônicos (DFe) vigentes para a utilização de **leiaute padronizado**, de modo a permitir que os contribuintes informem os dados relativos ao **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, à **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** e ao **Imposto Seletivo (IS)**.

Diante disso, **esta Nota Técnica substitui e complementa, no âmbito do CTe, a DFe - Nota Técnica 2024.001 - IBS/CBS v1.10**, mantendo a data de implantação em ambiente de produção para **06/10/2025**, de modo a viabilizar sua **efetiva operacionalização a partir de 05/01/2026**.

A NT modifica o leiaute dos DFe, inserindo os grupos e campos opcionais relacionados a tributação do IBS, CBS e IS, em atendimento à legislação vigente.

Esclarecemos que esta NT poderá ser ajustada ao longo do seu processo de execução, uma vez que as discussões envolvendo a implantação da Reforma Tributária ainda estão em curso.

Vale destacar que, em Produção, no ano de 2025 as informações de tributação relativas ao IBS e CBS serão opcionais e validadas apenas se forem informadas. A partir de janeiro de 2026, as novas regras de validação referentes a tributação do IBS e da CBS serão aplicadas.

Esta documentação descreve as alterações aplicadas aos Documentos:

- ✓ Conhecimento de Transporte Eletrônico (modelo 57);
- ✓ Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços (modelo 67);

2 Tipos básicos da tributação

Em busca de uma padronização entre os diversos documentos fiscais eletrônicos, esta NT introduz o arquivo DFeTiposBasicos_v1.00.xsd ao conjunto dos arquivos que compõem do schema da DFe.

Este arquivo define de forma estruturada a previsão de campos a serem informados para o registro das informações referentes a tributação do IBS e da CBS em um tipo complexo referenciado no leiaute padrão da DFe conforme estrutura abaixo:

3 Alteração do leiaute do imposto do CTe

Este grupo de informações facultativas deve ser adicionado ao final do grupo imposto do CTe, CTe Simplificado e CTe OS.

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
#	IBSCBS	G	imposto	-	0-1	-	Grupo de informações da Tributação IBS/CBS
1	CST	E	IBSCBS	N	1-1	3	Código da Situação Tributária do IBS/CBS
2	cClassTrib	E	IBSCBS	N	1-1	6	Código da Classificação Tributária do IBS/CBS
3	gIBSCBS	G	IBSCBS	-	0-1	-	Grupo de informações específicas do IBS/CBS
4	vBC	E	gIBSCBS	N	1-1	13,2	Valor da Base de cálculo comum a IBS/CBS
5	gIBSUF	G	gIBSCBS	-	1-1	-	Grupo de informações do IBS/CBS de competência das Unidades Federadas
6	pIBSUF	E	gIBSUF	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota do IBS Estadual
7	gDif	G	gIBSUF	-	0-1	-	Grupo de campos do diferimento
8	pDif	E	gDif	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de diferimento
9	vDif	E	gDif	N	1-1	13,2	Valor do diferimento
10	gDevTrib	G	gIBSUF	-	0-1	-	Grupo de informações da devolução de tributos
11	vDevTrib	E	gDevTrib	N	1-1	13,2	Valor do tributo devolvido. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento
12	gRed	G	gIBSUF	-	0-1	-	Grupo de informações da redução de Alíquota
13	pRedAliq	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Percentual da redução de Alíquota do cClassTrib
14	pAliqEfet	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva do IBS de competência das UF que será aplicada a base de cálculo, incluindo o gCompraGov/pRedutor, se houver.
15	vIBSUF	E	gIBSUF	N	1-1	13,2	Valor do IBS de competência da UF
16	gIBSMun	G	gIBSCBS	-	1-1	-	Grupo de informações do IBS/CBS de competência do município
17	pIBSMun	E	gIBSMun	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota do IBS Municipal
18	gDif	G	gIBSMun	-	0-1	-	Grupo de campos do diferimento
19	pDif	E	gDif	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de diferimento
20	vDif	E	gDif	N	1-1	13,2	Valor do diferimento
21	gDevTrib	G	gIBSMun	-	0-1	-	Grupo de informações da devolução do tributo
22	vDevTrib	E	gDevTrib	N	1-1	13,2	Valor do tributo devolvido. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento
23	gRed	G	gIBSMun	-	0-1	-	Grupo de informações da redução de Alíquota
24	pRedAliq	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Percentual da redução de Alíquota do cClassTrib
25	pAliqEfet	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva do IBS de competência das UF que será aplicada a base de cálculo, incluindo o gCompraGov/pRedutor, se houver.
26	vIBSMun	E	gIBSMun	N	1-1	13,2	Valor do IBS de competência do município
26a	vIBS	E	gIBSCBS	N	1-1	13,2	Valor do IBS (soma de vIBSUF e vIBSMun)
27	gCBS	G	gIBSCBS	-	1-1	-	Grupo de informações da CBS
28	pCBS	E	gCBS	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota da CBS
29	gDif	G	gCBS	-	0-1	-	Grupo de campos do diferimento

30	pDif	E	gDif	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de diferimento
31	vDif	E	gDif	N	1-1	13,2	Valor do diferimento
32	gDevTrib	G	gCBS	-	0-1	-	Grupo de informações da devolução do tributo
33	vDevTrib	E	gDevTrib	N	1-1	13,2	Valor da CBS devolvida. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento
34	gRed	G	gCBS	-	0-1	-	Grupo de informações da redução de Alíquota
35	pRedAliq	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Percentual da redução de Alíquota do cClassTrib
36	pAliqEfet	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva da CBS que será aplicada a base de cálculo, incluindo o gCompraGov/pRedutor, se houver.
37	vCBS	E	gCBS	N	1-1	13,2	Valor da CBS
38	gTribRegular	G	gIBSCBS	-	0-1	-	Grupo de informações da Tributação Regular. Informar como seria a tributação caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva. Exemplo 1: Art. 442, §4. Operações com ZFM e ALC. Exemplo 2: Operações com suspensão do tributo..
39	CSTReg	E	gTribRegular	N	1-1	3	Código da Situação Tributária Informado como seria o CST caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
40	cClassTribReg	E	gTribRegular	N	1-1	6	Código de Classificação Tributária Informado como seria o cClassTrib caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
41	pAliqEfetRegIBSUF	E	gTribRegular	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva da UF Informado a Alíquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
42	vTribRegIBSUF	E	gTribRegular	N	1-1	13,2	Informado como seria o valor do Tributo da UF caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
43	pAliqEfetRegIBSMun	E	gTribRegular	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva do Município Informado a Alíquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
44	vTribRegIBSMun	E	gTribRegular	N	1-1	13,2	Informado como seria o valor do Tributo do Município caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
45	pAliqEfetRegCBS	E	gTribRegular	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva da CBS Informado a Alíquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
46	vTribRegCBS	E	gTribRegular	N	1-1	13,2	Informado como seria o valor do Tributo CBS caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
47	gIBSCredPres	G	gIBSCBS	-	0-1	-	Grupo de Informações do Crédito Presumido, quando aproveitado pelo emitente do documento.
48	cCredPres	E	gIBSCredPres	N	1-1		Código do Crédito Presumido (ver Tabela)
49	pCredPres	E	gIBSCredPres	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de crédito presumido
50	vCredPres	CE	gIBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do crédito presumido
51	vCredPresCondSus	CE	gIBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva Preencher apenas para cCredPres com indicação de Condição Suspensiva
52	gCBSCredPres	G	gIBSCBS	-	0-1	-	Grupo de Informações do Crédito Presumido, quando aproveitado pelo emitente do documento.
53	cCredPres	E	gCBSCredPres	N	1-1		Código do Crédito Presumido (ver Tabela)
54	pCredPres	E	gCBSCredPres	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de crédito presumido
55	vCredPres	CE	gCBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do crédito presumido
56	vCredPresCondSus	CE	gCBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva Preencher apenas para cCredPres com indicação de Condição Suspensiva
57	gTribCompraGov	G	gIBSCBS	-	0-1	-	Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamental

58	pAliqIBSUF	E	gTribCompraGov	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota IBS da UF utilizada
59	vTribIBSUF	E	gTribCompraGov	N	1-1	13,2	Valor do Tributo do IBS da UF Valor que seria devido a UF, sem aplicação do Art. 473. da LC 214/20025
60	pAliqIBSMun	E	gTribCompraGov	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota IBS do Município utilizada
61	vTribIBSMun	E	gTribCompraGov	N	1-1	13,2	Valor do Tributo do Município da UF Valor que seria devido ao Município, sem aplicação do Art. 473. da LC 214/20025
62	pAliqCBS	E	gTribCompraGov	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota IBS do CBS utilizada
63	vTribCBS	E	gTribCompraGov	N	1-1	13,2	Valor do Tributo da CBS Valor que seria devido a CBS, sem aplicação do Art. 473. da LC 214/20025

4 Código de Classificação Tributária do IBS/CBS

O grupo de informações do IBS, CBS e IS associado aos itens do documento fiscal contém o Código de Situação Tributária (CST) e Código de Classificação Tributária (cClassTrib) do IBS, CBS e IS. O Informe Técnico RT 2025.002 divulga a publicação da tabela com esta codificação, que está disponível no Portal Nacional da NF-e (www.nfe.fazenda.gov.br), na aba “Documentos”, opção “Diversos” e no portal dos Documentos Fiscais Eletrônicos (dfe-portal.svrs.rs.gov.br).

Cada código “cClassTrib” corresponde a um dispositivo específico da Lei Complementar nº 214/2025, tornando objetiva a informação prestada pelo contribuinte quanto à forma como interpreta a tributação do IBS e da CBS para cada DFe.

A tabela também contém indicadores que vinculam de forma dinâmica códigos “CST-IBS/CBS” e “cClassTrib” com as Regras de Validação descritas nesta NT, ou que contém informações necessárias para a preparação das apurações assistidas do IBS e da CBS, em atendimento ao disposto na legislação vigente.

Vale ressaltar que a tabela poderá sofrer alterações em virtude de aperfeiçoamentos, novidades introduzidas em sede de Regulamento, ou para atender a necessidades relacionadas à apuração assistida do IBS e da CBS.

5 Validações dos campos do IBS e CBS

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
001	Não informado grupo de imposto IBS e CBS (grupo: imp/IBSCBS) Observação: Aplicar em ambiente de homologação a partir de 06 de outubro/25 e produção a partir de 05 de janeiro/26 Exceção: Se o CRT informado pelo emitente for 1- Simples Nacional, 2- Simples Nacional, excesso sublimite de receita bruta ou 4 -MEI, o grupo IBSCBS NÃO será exigido	Obrig.	310	Rej.	Rejeição: IBS / CBS não informado
002	Se CST do IBS/CBS for informado, este deve existir na tabela de Código de Situação Tributária (tag: IBSCBS/CST)	Obrig.	311	Rej.	Rejeição: CST informado inexistente
003	Se cClassTrib for informado, este deve existir na tabela de Classificação Tributária do IBS/CBS (tag: IBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	312	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada inexistente
004	Verificar se o CST informado é compatível com o cClassTrib	Obrig.	313	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária incompatível com o CST informado
004 a	Verificar se o GST cClassTrib informado (tag: IBSCBS/cClassTrib) possui indicador que não permite ser informado nesse modelo de DFe	Obrig.	388	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária do IBS/CBS não permitida neste modelo de DFe.
005	Se o CST informado possuir indicador que VEDA preenchimento do grupo de informações específicas do IBS/CBS, este grupo NÃO DEVE estar informado (grupo: gIBSCBS)	Obrig	314	Rej.	Rejeição: Grupo IBS/CBS não deve ser preenchido para o CST informado
006	Se o CST informado possuir indicador que EXIGE preenchimento do grupo de informações específicas do IBS/CBS, este grupo DEVE estar informado (grupo: gIBSCBS) Exceção: Se o CRT informado pelo emitente for 1- Simples Nacional, 2- Simples Nacional, excesso sublimite de receita bruta ou 4 -MEI, o grupo gIBSCBS NÃO será exigido	Obrig	315	Rej.	Rejeição: Grupo IBS/CBS deve ser preenchido para o CST informado
007	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): A alíquota de IBS da UF (pIBSUF) deverá ser: 0,1% para documento com data de emissão no ano de 2026. (Art. 343 da LC 214/25) 0.05% para documento com data de emissão no ano de 2027 e 2028. (Art. 344 da LC 214/25) - Alíquota de referência ou específica da UF a ser publicada para anos posteriores a 2028. Exceção: Se o cClassTrib possuir indicador de tributação regular o pIBSUF deve ser igual a zero	Obrig.	316	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS da UF inválida
009	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de redução de alíquota para o IBS Estadual ou informado grupo de compra governamental, o grupo gRed DEVE estar informado	Obrig.	366	Rej.	Rejeição: CST informado ou compras governamentais obriga informação de redução de alíquota estadual
009 a	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Estadual (gIBSUF/gRed): Verificar se percentual de Redução de Alíquota (pRedAliq) é válido para o cClassTrib informado (gIBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	389	Rej.	Rejeição: Percentual de redução de alíquota da UF não é válido para este cClassTrib
009 b	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Estadual (gIBSUF/gRed), a Alíquota Efetiva (tag: pAliqEfet) deve ser o resultado de: Se NÃO houver compra governamental (grupo gCompraGov não informado): $pAliqEfet = pIBSUF \times (1 - pRedAliq / 100)$. Se houver compra governamental (grupo gCompraGov informado):	Obrig.	390	Rej.	Rejeição: Valor da Alíquota Efetiva do IBS da UF calculado incorretamente

	$pAlqEfet = pIBSUF \times (1 - pRedAliq / 100) \times (1 - pRedutor / 100)$. Observação: pRedutor é obtido no grupo gCompraGov Exemplo: Redução de 40% na alíquota: Alíquota vigente (A): 10% Redução na alíquota (R): 40% Redutor de compras governamentais (RG): 5% Alíquota Efetiva (E): $E = A \times (1 - R) \times (1 - RG)$ $E = 10 \times (1 - 0,4) \times (1 - 0,05) = 5,7$				
010	Se CST informado possuir indicador que VEDA a informação de redução de alíquota para o IBS Estadual, o grupo gRed NÃO DEVE estar informado Exceção: Se Percentual de redução de alíquota em compra governamental (tag:gCompraGov/pRedutor) informado, este grupo é exigido e pRed deve ser igual a 0.	Obrig.	367	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de redução de alíquota estadual
011	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de Diferimento para o IBS Estadual, o grupo gDif DEVE estar informado	Obrig.	319	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento Estadual
012	Se CST informado possuir indicador que VEDA informação de Diferimento para o IBS Estadual, o grupo gDif NÃO DEVE estar informado	Obrig.	368	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de diferimento Estadual
013	Se informado grupo do Diferimento (gIBSUF/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante do Valor do IBS UF x Percentual do Diferimento ($vBC \times pIBSUF$) x pDif) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	320	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento da UF difere do calculado
013 a	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): O valor resultante da soma do diferimento (vDif) e Devolução (DevTrib) QUANDO INFORMADOS, NÃO pode ser superior ao valor do IBS (vIBSUF)	Obrig.	395	Rej.	Rejeição: Valor do IBS UF não pode resultar negativo
014	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): O valor do IBS (vIBSUF) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Alíquota ($vBC \times pIBSUF$) – vDif - vDevTrib Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAlqEfet)	Obrig.	318	Rej.	Rejeição: Valor do IBS UF difere do calculado
015	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (gIBSMun): A alíquota de IBS Municipal deverá ser: 0% para documento com data de emissão no ano de 2026. (Art. 343 da LC 214/25) 0.05% para documento com data de emissão no ano de 2027 e 2028. (Art. 344 da LC 214/25) - Alíquota de referência ou específica do Município a ser publicada para anos posteriores a 2028 Exceção: Se o cClassTrib possuir indicador de tributação regular o pIBSMun deve ser igual a zero	Obrig.	321	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS do Município inválida
017	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de redução de alíquota para o IBS Municipal ou informado grupo de compra governamental, o grupo gRed DEVE estar informado	Obrig.	369	Rej.	Rejeição: CST informado ou compras governamentais obriga informação de redução de alíquota municipal
017 a	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Municipal (gIBSMun/gRed): Verificar se percentual de Redução de Alíquota (pRedAliq) é válido para o cClassTrib informado (gIBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	391	Rej.	Rejeição: Percentual de redução de alíquota do Município não é válido para este cClassTrib

017 b	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Municipal (glBSMun/gRed), a Alíquota Efetiva (tag: pAliqEfet) deve ser o resultado de: Se NÃO houver compra governamental (grupo gCompraGov não informado): $pAliqEfet = pIBSMun \times (1 - pRedAliq / 100)$. Se houver compra governamental (grupo gCompraGov informado): $pAliqEfet = pIBSMun \times (1 - pRedAliq / 100) \times (1 - pRedutor / 100)$. Observação: pRedutor é obtido no grupo gCompraGov Exemplo: Redução de 40% na alíquota: Alíquota vigente (A): 10% Redução na alíquota (R): 40% Redutor de compras governamentais (RG): 5% Alíquota Efetiva (E): $E = A \times (1 - R) \times (1 - RG)$ $E = 10 \times (1 - 0,4) \times (1 - 0,05) = 5,7$	Obrig.	392	Rej.	Rejeição: Valor da Alíquota Efetiva do IBS do Município calculado incorretamente
018	Se CST informado possuir indicador que VEDA a informação de redução de alíquota para o IBS Municipal, o grupo gRed NÃO DEVE estar informado Exceção: Se Percentual de redução de alíquota em compra governamental (tag:gCompraGov/pRedutor) informado, este grupo é exigido e pRed deve ser igual a 0.	Obrig.	381	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de redução de alíquota municipal
019	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de Diferimento para o IBS Municipal, o grupo gDif DEVE estar informado	Obrig.	324	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento Municipal
020	Se CST informado possuir indicador que VEDA informação de Diferimento para o IBS Municipal, o grupo gDif NÃO DEVE estar informado	Obrig.	382	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de diferimento Municipal
021	Se informado grupo do Diferimento (glBSMun/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante do Valor do IBSMun x Percentual do Diferimento ((vBC x pIBSMun) x pDif) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	325	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento do Município difere do calculado
022	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (glBSMun): O valor do IBS (vIBSMun) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Alíquota (vBC x pIBSMun) – vDif - vDevTrib Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	323	Rej.	Rejeição: Valor do IBS Municipal difere do calculado
022 a	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (glBSMun): O valor resultante da soma do diferimento (vDif) e Devolução (DevTrib) QUANDO INFORMADOS, NÃO pode ser superior ao valor do IBS (vIBSMun)	Obrig.	396	Rej.	Rejeição: Valor do IBS Municipal não pode resultar negativo
022 b	Se informados grupos IBS de competência dos Estados (glBSUF) e Municípios (glBSMun): O valor do total de IBS (vIBS) deverá ser a soma do vIBSUF e do vIBSMun $vIBS = vIBSUF + vIBSMun$ Observação: Esta regra de validação será aplicada em ambiente de homologação a partir de 06/10/2025 e produção a partir de 04/01/2026	Obrig.	317	Rej.	Rejeição: Total de IBS difere do calculado

023	Se informado grupo CBS (gCBS): A alíquota de CBS deverá ser:	Obrig.	326	Rej.	Rejeição: Alíquota da CBS inválida
	0,90 % para documento com data de emissão no ano de 2026. (Art. 343 da LC 214/25) - Alíquota de referência a ser publicada para anos posteriores a 2026 Exceção: Se o cClassTrib possuir indicador de tributação regular o pCBS deve ser igual a zero				
024	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de redução de alíquota para o CBS ou informado grupo de compra governamental, o grupo gRed DEVE estar informado	Obrig.	383	Rej.	Rejeição: CST informado ou compras governamentais obriga informação de redução de alíquota do CBS
024 a	Se informado grupo de Redução de Alíquota para CBS (gCBS/gRed): Verificar se percentual de Redução de Alíquota (pRedAliq) é válido para o cClassTrib informado (glBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	393	Rej.	Rejeição: Percentual de redução de alíquota da CBS não é válido para este cClassTrib
024 b	Se informado grupo de Redução de Alíquota para CBS (gCBS/gRed), a Alíquota Efetiva (tag: pAliqEfet) deve ser o resultado de: Se NÃO houver compra governamental (grupo gCompraGov não informado): $pAliqEfet = pCBS \times (1 - pRedAliq / 100)$. Se houver compra governamental (grupo gCompraGov informado): $pAliqEfet = pCBS \times (1 - pRedAliq / 100) \times (1 - pRedutor / 100)$. Observação: pRedutor é obtido no grupo gCompraGov Exemplo: Redução de 40% na alíquota: Alíquota vigente (A): 10% Redução na alíquota (R): 40% Redutor de compras governamentais (RG): 5% Alíquota Efetiva (E): $E = A \times (1 - R) \times (1 - RG)$ $E = 10 \times (1 - 0,4) \times (1 - 0,05) = 5,7$	Obrig.	394	Rej.	Rejeição: Valor da Alíquota Efetiva da CBS calculado incorretamente
025	Se CST informado possuir indicador que VEDA a informação de redução de alíquota para o CBS, o grupo gRed NÃO DEVE estar informado	Obrig.	384	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de redução de alíquota do CBS
	Exceção: Se Percentual de redução de alíquota em compra governamental (tag:gCompraGov/pRedutor) informado, este grupo é exigido e pRed deve ser igual a 0.				
026	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de Diferimento para o CBS, o grupo gDif DEVE estar informado	Obrig.	328	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento do CBS
027	Se CST informado possuir indicador que VEDA informação de Diferimento para o CBS, o grupo gDif NÃO DEVE estar informado	Obrig.	385	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de diferimento do CBS
028	Se informado grupo do Diferimento (gCBS/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante do Valor da CBS x Percentual do Diferimento ((vBC x pCBS) x pDif) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	329	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento do CBS difere do calculado
028 a	Se informado grupo CBS (gCBS): O valor resultante da soma do diferimento (vDif) e Devolução (DevTrib) QUANDO INFORMADOS, NÃO pode ser superior ao valor da CBS (vCBS)	Obrig.	397	Rej.	Rejeição: Valor do CBS não pode resultar negativo
029	Se informado grupo CBS (gCBS): O valor do CBS (vCBS) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Alíquota (vBC x pCBS) – vDif - vDevTrib Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet).	Obrig.	327	Rej.	Rejeição: Valor do CBS difere do calculado

030	Se cClassTrib informado possuir indicador que EXIGE informação de tributação regular, o grupo gTribRegular DEVE estar informado	Obrig.	330	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada obriga informação da tributação regular
030 a	Se cClassTrib informado NÃO POSSUIR indicador de informação de tributação regular, o grupo gTribRegular NÃO DEVE estar informado	Obrig.	322	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária não permite informação da tributação regular
031	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O CST Regular informado no grupo gTribRegular deve existir na tabela de Código de Situação Tributária (gTribRegular/CSTReg)	Obrig.	331	Rej.	Rejeição: CST informado no grupo de tributação regular inexistente
032	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O cClassTrib regular for informado, este deve existir na tabela de Classificação Tributária do IBS/CBS (tag: gTribRegular/cClassTribReg)	Obrig.	332	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada no grupo de tributação regular inexistente
033	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de IBS dos Estados (vTribRegIBSUF) deverá ser resultante da Base de Cálculo do item x Alíquota Efetiva Regular de IBS da UF (vBC x pAliqEfetRegIBSUF) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	333	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular da UF difere do calculado
034	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de IBS dos Municípios (vTribRegIBSMun) deverá ser resultante da Base de Cálculo do item x Alíquota Efetiva Regular de IBS do Município (vBC x pAliqEfetRegIBSMun) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	334	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular do Município difere do calculado
035	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de CBS (vTribRegCBS) deverá ser resultante da Base de Cálculo do item x Alíquota Efetiva Regular de CBS (vBC x pAliqEfetRegCBS) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	335	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular da CBS difere do calculado
036	Se cClassTrib informado possuir indicador que NÃO PERMITE informação de Crédito Presumido para o IBS, o grupo gIBSCredPres NÃO deve estar informado	Obrig.	336	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada não permite informação de crédito presumido para o IBS
037	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres): O valor do cCredPres deve existir na tabela de códigos de crédito presumido	Obrig.	337	Rej.	Rejeição: Código de crédito presumido do IBS inexistente
037 a	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres): O valor do cCredPres NÃO DEVE possuir indicador de dedução do valor para este modelo de documento fiscal eletrônico (indDeduzValor da tabela de crédito presumido)	Obrig.	308	Rej.	Rejeição: Código de crédito presumido para IBS não permitido para este modelo de documento fiscal eletrônico
038	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres): A tag vCredPresCondSus não poderá ser informada até 2033	Obrig	386	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido condição suspensiva só poderá ser informada a partir de 2033 para IBS
039	Se o cCredPres do IBS possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPresCondSus não estiver informada Observação: Esta regra só será aplicada a partir de 2033	Futura	338	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido (condição suspensiva) para o IBS deve ser informado
040	Se o cCredPres do IBS NÃO possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPres não estiver informada Observação: Esta regra só será aplicada a partir de 2033	Futura	339	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido para o IBS deve ser informado
041	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres) COM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva	Futura	340	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva de IBS difere do calculado

	(vCredPresCondSus) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Crédito Presumido (vBC x pCredPres) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação: Esta regra só será aplicada a partir de 2033				
042	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres) SEM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido (vCredPres) deverá ser: $vCredPres = (vIBSUF + vIBSMun) * (1 - (pCredPres / 100))$ Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	341	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido de IBS difere do calculado
042 a	Se cClassTrib informado possuir indicador que NÃO PERMITE informação de Crédito Presumido para a CBS, o grupo gCBSCredPres NÃO deve estar informado	Obrig.	309	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada não permite informação de crédito presumido para a CBS
043	Se informado grupo do crédito presumido (gCBSCredPres): O valor do cCredPres deve existir na tabela de códigos de crédito presumido	Obrig.	342	Rej.	Rejeição: Código de crédito presumido da CBS inexistente
043 a	Se informado grupo do crédito presumido (gCBSCredPres): O valor do cCredPres NÃO DEVE possuir indicador de dedução do valor para este modelo de documento fiscal eletrônico (indDeduzValor da tabela de crédito presumido)	Obrig.	307	Rej.	Rejeição: Código de crédito presumido para CBS não permitido para este modelo de documento fiscal eletrônico
044	Se informado grupo do crédito presumido da CBS (gCBSCredPres): A tag vCredPresCondSus não poderá ser informada até 2027	Obrig.	387	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido condição suspensiva só poderá ser informada a partir de 2027 para CBS
045	Se o cCredPres da CBS possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPresCondSus não estiver informada Observação: Esta regra só será aplicada a partir de 2027	Futura	343	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido (condição suspensiva) para a CBS deve ser informado
046	Se o cCredPres da CBS NÃO possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPres não estiver informada Observação: Esta regra só será aplicada a partir de 2027	Futura	344	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido para a CBS deve ser informado
047	Se informado grupo do crédito presumido (gCBSCredPres) COM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva (vCredPresCondSus) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Crédito Presumido (vBC x pCredPres) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação: Esta regra só será aplicada a partir de 2027	Futura	345	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva de CBS difere do calculado
048	Se informado grupo do crédito presumido (gCBSCredPres) SEM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido (vCredPres) deverá ser: $vCredPres = vCBS * (1 - (pCredPres / 100))$ Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	346	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido de CBS difere do calculado
049	Se grupo compra governamental (grupo: gCompraGov) estiver informado, o Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais (grupo: gTribCompraGov) DEVE ser informado.	Obrig.	398	Rej.	Rejeição: Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais deve ser informado
050	Se grupo compra governamental (grupo: gCompraGov) NÃO estiver informado, o Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais (grupo: gTribCompraGov) NÃO DEVE ser informado.	Obrig.	399	Rej.	Rejeição: Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais não deve ser informado
051	Verificar se a soma dos valores de IBS e CBS do grupo gTribCompraGov (vTribIBSUF + vTribIBSMun + vTribCBS) é diferente do resultado de gIBSUF/vIBSUF + gIBSMun/vIBSMun + gCBS/vCBS.	Obrig.	400	Rej.	Rejeição: Somas dos valores de IBS e CBS em compras governamentais divergente

6 Criação do grupo de compras governamentais no grupo ide

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
#	gCompraGov	G	ide	-	0-1	-	
	tpEnteGov	E	gCompraGov	N	1-1	1	Para administração pública direta e suas autarquias e fundações: 1=União 2=Estados 3=Distrito Federal 4=Municípios
	pRedutor	E	gCompraGov	N	1-1	3v2-4	Percentual de redução de alíquota em compra governamental Conforme LC 214/25: TÍTULO II DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS, Art. 472

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
001	Se informado o grupo de informações de compra governamental (grupo:ide\gCompraGov), o DFe de compra governamental deve ter alíquota de outros entes igual a zero. De 2027 até 2032 Para compra da união (tag: tpEnteGov = 1): - Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra estadual (tag: tpEnteGov = 2): - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra do DF (tag: tpEnteGov = 3) - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra municipal (tag: tpEnte = 4) - Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. A partir de 2033: Para compra da união (tag: tpEnteGov = 1): - Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra estadual (tag: tpEnteGov = 2): - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. - Alíquota do CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero. Para compra do DF (tag: tpEnteGov = 3) - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. - Alíquota do CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero. Para compra municipal (tag: tpEnte = 4) - Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. - Alíquota do CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero. Observação: Conforme Art. 473, § 1o e seus Incisos I, II, III e IV da LC 214/2025.	Obrig.	347	Rej.	Rejeição: DFe de compra governamental e alíquota dos outros entes diferentes de zero.

7 Total Geral do Documento Fiscal Eletrônico

Deverá ser criada a tag Valor Total do DFe (vTotDFe).

No CTe, CTe Simplificado, CTe OS essa tag aparecerá dentro do grupo imp, após o grupo IBSCBS.

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
01	vTotDFe	E	imp	E	0-1	13,2	Valor total do documento fiscal vTPrest + total do IBS + total da CBS

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
01	O total geral do DFe deverá ser a soma do total da prestação (vTPrest) + vTotIBS + vTotCBS Exceção: Em 2026 não somar vTotIBS e vTotCBS Observação: Implementação futura	Obrig.	365	Rej.	Rejeição: Total do DFe inválido

8 Alteração em Regra do CTe Simplificado

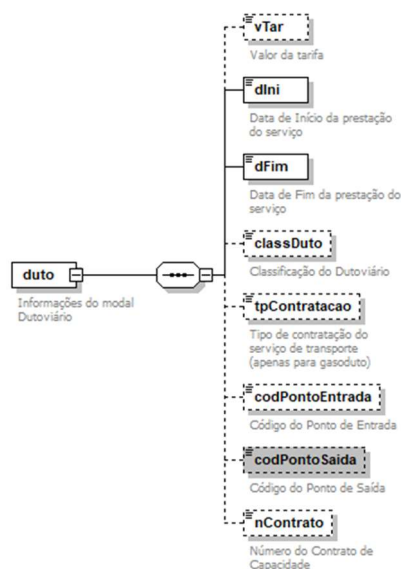
G101a	O município de fim de prestação em todos os itens do CTe Simplificado (det:cMunFim) devem ser iguais	Obrig.	370	Rej.	Rejeição: O CTe Simplificado deve ter a prestação terminada em apenas um município
-------	--	--------	-----	------	--

9 Alterações no Layout do Modal Dutoviário

Foram criados campos no schema específico do Modal Dutoviário.

#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tam	Observações
1	duto	0	Informações do modal Dutoviário	G		1 - 1		
2	vTar	1	Valor da tarifa	E	C	0 - 1	9, 6	15 posições, sendo 9 inteiras e 6 casas decimais.
3	dIni	1	Data de Início da prestação do serviço	E	D	1 - 1	10	
4	dFim	1	Data de Fim da prestação do serviço	E	D	1 - 1	10	
5	classDuto	1	Classificação Dutoviário	E	N	0-1	1	Informar: 1 – Gasoduto; 2 – Mineroduto ou 3 - Oleoduto
6	tpContratacao	1	Tipo de contratação do serviço de transporte (apenas para gasoduto)	E	N	0-1	1	Informar: 0 – Ponto a ponto 1 – Capacidade de Entrada ou 2 – Capacidade de Saída
7	codPontoEntrada	1	Código do Ponto de Entrada	E	C	0-1	20	
8	codPontoSaida	1	Código do Ponto de Saída	E	C	0-1	20	
9	nContrato	1	Número do Contrato de Capacidade	E	C	0-1	20	

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
001	Se informado classificação do dutoviário = Gasoduto (tag: classDuto = 1), o tipo de contratação deve ser informado (tag: tpContratacao)	Obrig.	371	Rej.	Rejeição: Tipo de contratação deve ser informado para tipo de dutoviário gasoduto
002	Se Tipo de contratação for ponto a ponto (tag: tpContratacao=0), os campos do código dos pontos de entrada e saída devem ser informados	Obrig.	372	Rej.	Rejeição: Dutoviário com tipo de contratação ponto a ponto deve informar Código dos pontos de entrada e saída
003	Se Tipo de contratação for capacidade de entrada (tag: tpContratacao=1), o campo do código do ponto de entrada deve ser informado	Obrig.	373	Rej.	Rejeição: Dutoviário com tipo de contratação capacidade de entrada deve informar Código do ponto de entrada
004	Se Tipo de contratação for capacidade de saída (tag: tpContratacao=2), o campo do código do ponto de saída deve ser informado	Obrig.	374	Rej.	Rejeição: Dutoviário com tipo de contratação capacidade de saída deve informar Código do ponto de saída



10 Criação do grupo de informações da DCE nos documentos originários

[illegible]

14 Nova regra para CTe OS de Transporte de Valores

Devido a apuração do imposto na reforma tributária ser em razão da UF e município de destino, o CTe OS de Transporte de Valores deverá passar a exigir essas informações.

H020a	Se tipo de serviço = Transporte de Valores - UF de fim e Município de Fim da prestação devem estar preenchidos Observação: Esta regra será aplicada em produção somente a partir de 05/01/2026	Obrig.	380	Rej.	Rejeição: UF e Município de Fim da prestação devem estar preenchidas para Transporte de Valores
-------	---	--------	-----	------	---

15 Ajuste em regras de validação do tomador Contribuinte Isento de IE

G024	Rejeitar quando informado tomador como Contribuinte Isento de Inscrição Estadual (indIEToma=2) em UF que não permite esta situação, conforme abaixo: AM, BA, CE, GO, MG, MS, MT, PE, RN, SE, SP, PI, PA, RJ	Obrig.	617	Rej.	Rejeição: UF do tomador não aceita ISENTO com Inscrição Estadual
H093	Rejeitar quando informado tomador como Contribuinte Isento de Inscrição Estadual (indIEToma=2) em UF que não permite esta situação, conforme abaixo: AM, BA, CE, GO, MG, MS, MT, PE, RN, SE, SP, PI, PA, RJ	Obrig.	617	Rej.	Rejeição: UF do tomador não aceita ISENTO com Inscrição Estadual
I15	Rejeitar quando informado tomador como Contribuinte Isento Estadual (indIEToma=2) em UF que não permite esta situação, conforme abaixo: AM, BA, CE, GO, MG, MS, MT, PE, RN, SE, SP, PI, PA, RJ	Obrig.	617	Rej.	Rejeição: UF do tomador não aceita ISENTO com Inscrição Estadual

16 Preparação das expressões regulares do CTe para o futuro CNPJ Alfanumérico

As alterações serão feitas no arquivo de tipos gerais e aplicam-se automaticamente a todos campos do tipo CNPJ e Chave de acesso em qualquer um dos schemas do projeto CTe, entretanto, até que seja publicada uma Nota Técnica que modifica as validações desses campos, as letras não devem ser utilizadas.

A expressão regular que valida um campo do tipo CNPJ é: [0-9]{14}

Alteração: a Expressão regular do CNPJ passa a aceitar letras maiúsculas nas primeiras 12 posições:

[A-Z0-9]{12}[0-9]{2}

Expressão Regular Atual da Chave de Acesso é: [0-9]{44}

Alteração: a expressão regular passa a suportar letras maiúsculas nas 12 primeiras posições que correspondem ao CNPJ dentro da chave de acesso: **[0-9]{6}[A-Z0-9]{12}[0-9]{26}**

A expressão regular do QR Code também seguirá essa regra de formação na parte da chave de acesso.

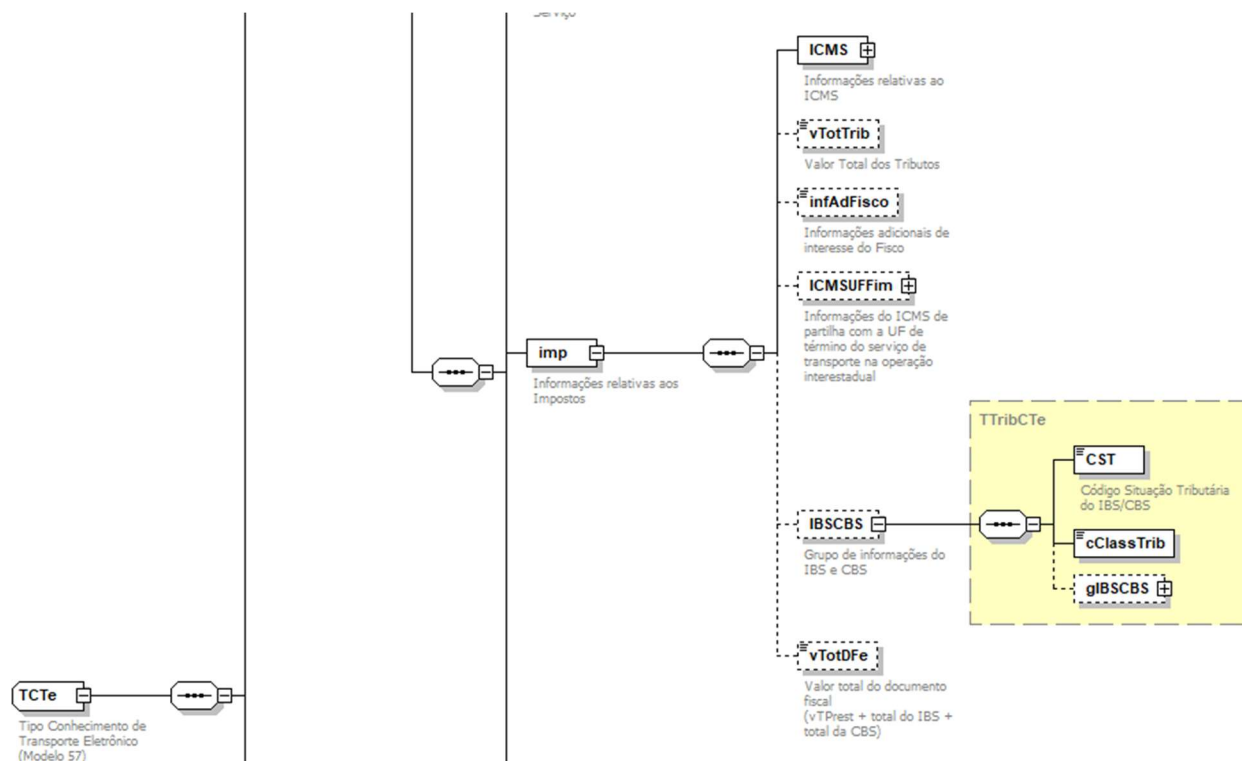
17 Ampliação do cStat de retorno para 4 dígitos

A expressão regular que define a tag cStat dos schemas de retorno de todos os serviços passa a suportar até códigos com 4 dígitos.

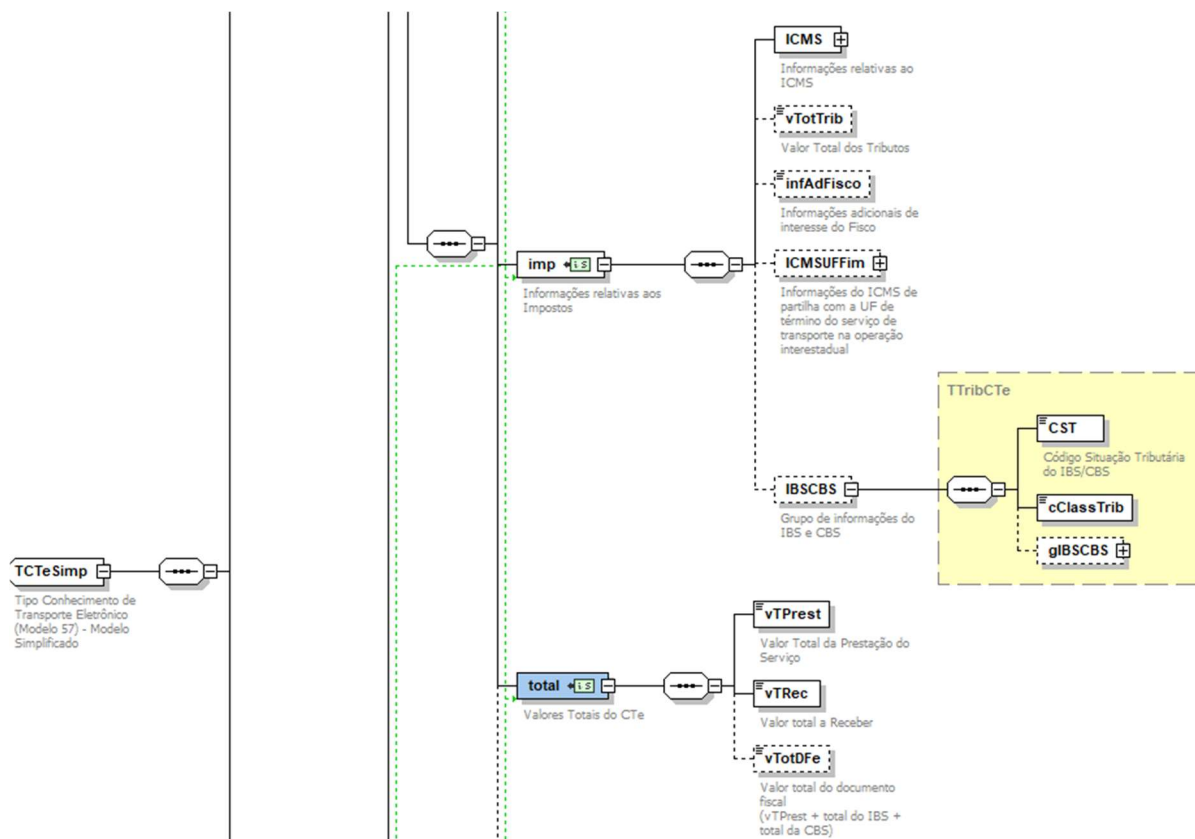
Nova expressão regular para o tipo TStat do arquivo Tipos Geral: [0-9]{3,4}

18 Anexo – Novos Grupos para Reforma Tributária

Conhecimento de Transporte Eletrônico– modelo 57



Conhecimento de Transporte Eletrônico Simplificado – Modelo 57



Conhecimento de Transportes Eletrônicos Outros Serviços – modelo 67

